

A circulação do discurso telejornalístico no pentecostalismo brasileiro em vias de mediação

The circulation of telejournalism discourse in the Brazilian Pentecostalism in ways of mediatization

Catiane Rocha Passos de Souza¹
UFBA/IFBA

Resumo

Este artigo faz parte de pesquisa (em andamento) que tem como finalidade principal compreender em que medida a circulação do discurso telejornalístico produz (re)significações na noção de moral em famílias de evangélicos da Igreja Pentecostal Assembleia de Deus (ADs). Na pesquisa são analisadas 12 entrevistas de quatro núcleos familiares distintos. Neste artigo, analisamos especificamente quatro estratégias de apropriação do discurso telejornalístico por esses religiosos como forma de posicionamento quanto à política. O *corpus* são fragmentos dessas entrevistas que materializam o processo de circulação do discurso telejornalístico nesse universo religioso.

Palavras-chave:

Circulação. Telejornalismo. Pentecostalismo. Política

Abstract

This article is part of research (in progress) whose main purpose is to understand in which extent the circulation of the telejournalism discourse produces meanings of the notion of morality in evangelical families from the Pentecostal Church Assembly of God (ADs). In the survey are analyzed 12 interviews in four different families. In this article, we specifically analyze four strategies of appropriation of the telejournalism discourse by these religious people as a way of positioning on the polics. The *corpus* are fragments of these interviews that materialize the circulation process of the telejournalism discourse in that religious universe.

Keywords:

Circulation. Telejournalism. Pentecostalism. Politics

* Mestre em Linguística pela UFAL. Doutoranda no Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade do IHAC-UFBA. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA/ Campus Salvador. Email: catirochapassos@gmail.com. Orientadora: Prof. Dra. Rita de Cássia Aragão Matos.

1. Introdução

O pentecostalismo brasileiro é um campo em constantes mudanças, desde os primeiros missionários (1910) aos dias atuais. A partir dos anos 2000, esse campo entrou numa fase resultante da crescente secularização do culto pentecostal, emburguesamento das igrejas, aceleração do trânsito religioso, criação de comunidades virtuais, entre outros fatores ligados ao uso das mídias, sobretudo, a internet. Alguns religiosos chegam a tratar de “pós-pentecostalismo” os desdobramentos, no campo religioso, da sociedade cada vez mais conectada à Rede (ARAÚJO, 2014, p. 713). A “aceleração do tempo” na era da internet é muito mais dinâmica e veloz que qualquer outro período do processo de midiaticização. Verón (2013, p. 281) discute o modo como o conceito de Rede transformou as condições de acesso dos atores individuais ao conhecimento e à informação, gerando alterações inéditas na circulação discursiva midiática. A popularização da internet e o aumento da capacidade de adquirir dispositivos tecnológicos com acesso à Rede reconfiguraram a comunicação interpessoal: “as lógicas do vínculo social já não estão onde nós havíamos acostumado a buscá-las” (VERÓN, 2013, p. 276).

O novo contexto da sociedade midiaticizada agrega novas lógicas de funcionamento aos sistemas sociais. A religião, nesse novo paradigma, se reconfigura acompanhando a evolução do processo de exteriorização dos sistemas psíquicos. O pentecostalismo no Brasil chega ao século XXI com uma configuração bastante complexa: uma explosão de pentecostalismos híbridos, autônomos e individualizados. Se desde a década de 50 proliferou-se o número de denominações heterogêneas e autônomas, mas unificadas pela mensagem pentecostal, a partir dos anos 2000 os vínculos são menos institucionais, mais particularizados. A experiência religiosa tornou-se independente do espaço do templo ou do programa de TV, e não se limita mais ao momento do culto. O religioso pode definir seu tempo-espaço de adoração, o modo como realiza seu culto, seus louvores, a mensagem que deseja ouvir, tudo por meio da Rede que disponibiliza esses materiais e, inclusive, propicia ambientes de socialização religiosa, comunidades seletivas de acordo com os perfis e interesses de cada um. Pela internet, o proselitismo é menos acentuado que na TV e rádio, entretanto acentua-se um senso de identificação comunitária, principalmente, em prol da causa religiosa.

Como resultado desse novo cenário, aumentaram os números de pentecostais “desigrejados” e diminuiu o crescimento das grandes denominações pentecostais ou

neopentecostais. O Censo do IBGE em 2010 identificou 25.370.484 pentecostais pertencentes às igrejas, dos quais 12.314.410 se declararam assembleianos, os demais são de muitas igrejas, inclusive, dissidentes das Assembleias de Deus (ADs). O grande destaque desse Censo é que além dos declarantes vinculados às igrejas pentecostais, apareceram 5.267.029 que se declaram evangélicos de origem pentecostal com filiações diversas, esse número foi o que mais cresceu, pois em 2000 eram 1.840.581. Outro dado interessante é que em 2000, o Censo classificava “pentecostais sem vinculação institucional”, diferentemente de 2010 quando juntou esse contingente à classificação de “evangélicos não determinados”, o número passou de 1.046.487 em 2000 para 9.218.129 em 2010.

As lógicas dos vínculos sociais que englobam os vínculos religiosos não são as mesmas após a proliferação do acesso à internet. A possibilidade de se autoconstituir, de se autoproclamar e de se autodistinguir, por meio da internet, formula um sistema social de caráter diversificado, independente e autônomo, mas vinculado pelo título pentecostal, além disso, uma religiosidade midiaticizada. Diante desse cenário que acelera a peregrinação religiosa e aumenta o número de “pentecostais sem instituição”, anunciam-se o declínio das grandes instituições, desapego aos grandes templos, aos hiperministérios, conseqüentemente, aos superpastores.

Os veículos digitais não levam as organizações religiosas a alcançar muitas pessoas fora de sua comunidade de fé. Com efeito, as novas mídias são mais utilizadas para a comunicação entre indivíduos já pertencentes a uma comunidade religiosa, ao mesmo tempo que os incentivam a adotar uma postura mais independente em relação às instituições religiosas (HJARVARD, 2014, p.140).

Nesse cenário de arrefecimento dos vínculos religiosos institucionalizados, parafraseando Alencar (2013), perguntamos: Há vida após um século de existência do movimento pentecostal? Há. Embora se reconheça um declínio do crescimento das grandes igrejas pentecostais, há um movimento que reforça o vínculo institucional de modo mais político que religioso. Esse ativismo no campo pentecostal inseriu uma parcela da população que até a década de 80 era alheia à política. Antes dos anos 80, os pentecostais estavam à margem de qualquer manifestação ou envolvimento político, não aceitavam participação dos religiosos, nem abriam espaço nas igrejas para assuntos ligados à política. Diziam que política não era coisa de crente: “Cada vez que as eleições se aproximavam, principalmente, radicalizavam dizendo que ‘política é coisa do Diabo’ e que os crentes não podem se envolver com ela. De forma geral, prevalecia a posição contrária ao envolvimento do crente com a política, um espécie de apoliticismo religioso” (ARAÚJO, 2014, p. 703).

Campos (2002) diferenciou duas fases da relação entre política e pentecostais, demarcadas pela Constituição de 1988: antes de 88, não havia articulação institucional na política externa, os poucos eleitos eram por méritos pessoais e familiares, o autor trata-os de “políticos evangélicos”; na segunda fase, temos candidaturas articuladas em projetos políticos planejados pelas igrejas, assim surgem os “políticos de Cristo”. Apesar de iniciar uma articulação política nos anos 80, foi a partir de 2000 que essa articulação ganhou forças. Em 2003, a constituição de uma Frente Parlamentar Evangélica, também conhecida como bancada evangélica, fortaleceu os interesses das igrejas protestantes em geral. Embora seja principalmente constituída de deputados pentecostais das ADs e da IURD opostos em várias situações, a bancada se unifica em questões de conteúdo moral, por exemplo, é contrária às propostas de legalização do aborto e de casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Pautadas na defesa da moral cristã, as ADs no ano 2000 lançou oficialmente sua nova fase política, quando a Convenção Geral das Assembleias de Deus (CGADB) criou a Comissão Política Nacional com objetivo de indicar os candidatos que as igrejas apoiariam nas eleições de 2002, orientando o voto, novo capital institucional no cenário político partidário interno e externo às igrejas. Desse período em diante, tornou-se crescente a participação desses crentes na política. Para Alencar (2013, p. 251) o interesse na política não é objetivo dos que frequentam as ADs, mas daqueles que as lideram: “*A politização externa é articulação da cúpula e não da Igreja*”. As lideranças se articulam com a certeza de apoio dos fieis obedientes. O breve histórico da participação política das ADs nos revelam uma nova configuração, “sua participação política foi de um extremo ao outro: de um absoluto alheamento a um surto teocrático” (ALENCAR, 2013, p. 251).

Importante destacar que o aumento da força política e a “politização” dos pentecostais não significam um envolvimento dessa população no debate político da nação, os eleitos se empenham nos interesses particulares de sua representação segmentando o espaço que deveria servir ao coletivo de uma sociedade laica. O pentecostalismo segue a tendência atual em eleger políticos para defender causas específicas fragmentando e particularizando ainda mais o campo político. O envolvimento pentecostal na política deu emergência ao discurso de batalha, na qual os políticos de Cristo se significam como soldados contra os inimigos do seu deus. Esse discurso encontra forças também nos defensores da moral cristã, muitos sem pertencer a qualquer denominação evangélica. O discurso de defesa moral ultrapassa rótulos de igreja, tem relação com o “superego cultural” do brasileiro.

2. Estratégias de apropriação do discurso telejornalístico nas ADs

Os pentecostais assembleianos, em sua maioria, exceto os políticos, estão à margem dos debates sobre política. De modo geral, o que ouvem ou falam sobre o assunto advém de duas grandes fontes, dos líderes religiosos e da grande mídia. Dentre essas fontes, por diversos fatores, o telejornalismo se apresenta, em boa medida, legitimado a traduzir o real, sobretudo, educando politicamente a população. Dessa forma, há apropriação do discurso telejornalístico quase sempre ao tratar de política no país. Nas entrevistas realizadas em nossa pesquisa aparecem quatro estratégias de apropriação do discurso telejornalístico sobre política cujos sentidos são atravessados pelo discurso assembleiano, refletindo as tensões entre o ativismo político atual e o apoliticismo religioso tradicional.

2.1 “A igreja tem que protestar de joelhos”

A primeira estratégia de apropriação do discurso telejornalístico para se posicionar quanto à política do país, na qual reconhecemos a interpenetração do discurso assembleiano surge a partir de um episódio ocorrido na Assembleia de Deus de Ipiaú², coincidentemente no dia da entrevista com C2³ (25/03/16), quando o pastor reunira a igreja para uma manhã de consagração em prol da crise política no país:

Agora, sobre essa crise política que tá tendo, a igreja hoje mesmo, hoje, o pastor chamou a atenção, fez uma manhã de consagração mostrando, mostrou vídeos e a importância da igreja se colocar de joelhos e está orando pela situação do nosso país, então mostra a realidade que a própria televisão mostra e os telejornais mostram, até coisas que não tá na televisão, mas via internet, informar para igreja, para a igreja abri o olho e está orando. Que o protesto que a igreja tem que fazer, trazendo as notícias que tá na televisão e nos jornais, é que a igreja tem que protestar de joelhos. Tem trazido o pastor, às vezes, traz essas experiências assim (C2).

Realizar uma manhã de consagração nas ADs significa uma reunião de orações, louvores e jejum. No caso do episódio relatado por C2, houve também exposição de vídeos mostrando “a realidade que a própria televisão mostra e os telejornais mostram, até coisas que não tá na televisão, mas via internet”. Quando nas ADs, em décadas anteriores, permitiriam a circulação desses vídeos? Na atual conjuntura, mostram-se os vídeos como argumentação

² Ipiaú é um município localizado a 355 km de Salvador, situa-se na microrregião cacauieira, tem cerca de 47.000 habitantes. Nessa cidade, foram entrevistadas seis participantes pertencentes a dois núcleos familiares: Família C (Costa) e Sa (Santos). Famílias G (Gomes) e So (Souza) são residentes de Salvador, capital baiana.

³ Os entrevistados, nesse artigo, são identificados pela abreviação do sobrenome da família seguido de número que distingue os entrevistados em cada família (C1, Sa2, G3...).

racional de um posicionamento político institucionalizado. A realidade mostrada nos telejornais em março de 2016 quanto à situação política reforçava enfaticamente a crise política e econômica do país, como também a insatisfação da população. A apropriação desses discursos são marcas da midiaticização das ADs, dependentes cada vez mais dos dispositivos tradutores vinculados ao campo midiático, os quais sintetizam e/ou organizam os sentidos, mas que, ao contrário do que prometem, muitas vezes invisibilizam o acesso a outras realidades, suas contradições e as distintas visões de mundo concebidas a partir de atores diversos.

A circulação das notícias de inúmeros protestos no país a favor e contra o governo foi a causa da mobilização na Assembleia de Deus em Ipiaú para realização de um encontro na manhã de 25/03/16, feriado nacional de Sexta-feira da Paixão. Em décadas anteriores uma reunião no feriado santo teria como objetivo criticar os ditames da Igreja Católica, e não orientar os crentes quanto aos eventos políticos midiaticizados: “o protesto que a igreja tem que fazer, trazendo as notícias que tá na televisão e nos jornais, é que a igreja tem que protestar de joelhos” (C2). As manifestações de rua aconteceram em todo o país e em quase todos os dias que anteciparam a votação sobre admissão do processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff pelos deputados federais. Em Ipiaú, circulavam nas redes sociais convites de manifestações locais e pequenos grupos de manifestantes se juntavam nas praças principais.

O dizer “a igreja tem que protestar de joelhos” significa persuadir o assembleiano a não se juntar aos grupos de manifestantes, apelando para uma memória discursiva da forma-sujeito assembleiano como aquele que se isenta do debate político, limitando sua atuação de cidadão a oração pelo país, ou seja, uma atividade privada e espiritualizada. Esse “protestar de joelhos” estabelece no imaginário do religioso convicto, que se identifica plenamente com os saberes de sua formação discursiva, a posição que “caracteriza o discurso do ‘bom sujeito’” (PÊCHEUX, 1995, p. 215). Esse discurso reaparece em outra entrevista realizada em Ipiaú: “Eu acho que é importante, que a nação precisa ficar sabendo, agora nós, como cristãos, não podemos sair na rua, não podemos incentivar outras pessoas, que o nosso dever é orar, orar por eles” (Sa1).

Sair às ruas e/ou incentivar as pessoas a protestarem publicamente é significado como comportamentos não cristãos, assim, manifestar posição política nas ruas vai de encontro à ascese assembleiana e se torna uma desobediência. Essa formação discursiva assembleiana nos leva a compreender que, apesar da politização institucional das ADs desde a década de 80, lançando candidaturas tanto na esfera legislativa quando executiva em todo o país, seus

membros continuam coagidos ao “apoliticismo religioso”, limitando sua participação, enquanto eleitor, a votar, de preferência, nos candidatos das igrejas. Enfim, na atualidade, o “apoliticismo religioso” não desapareceu, ele se ressignifica em um partidarismo das lideranças das ADs, e, sendo assim, o interesse na política não é objetivo dos que frequentam às ADs, mas daqueles que as lideram, como cita Alencar (2013).

A apropriação do discurso telejornalístico para tratar do cenário político do país funciona como mecanismo de controle aos eleitores das ADs a não aderirem publicamente a qualquer manifestação que não seja promovida pela liderança das igrejas. Esse controle fortalece na sociedade em geral o imaginário de que fiéis obedientes são o mesmo que eleitores fiéis. Para os assembleianos, essa apropriação teve três objetivos: “informar para igreja, para a igreja abri o olho e está orando” (C2). Assim, três ações derivam dessa apropriação: informar a igreja sobre os acontecimentos, no caso, traduzindo a realidade exposta na mídia; a partir daí, a igreja estaria de “olho aberto”, ou seja, não seria manipulada por grupos políticos alheios à liderança religiosa; e, por fim, a igreja deveria orar pela crise política do país, uma obrigação religiosa.

2.2 “Tudo isso aí tá na bíblia”: “se não for o jornal pra informar a gente, a gente vai vê como?”

Na formação discursiva assembleiana algumas regularidades se marcam, por exemplo, forte ênfase aos sinais escatológicos e apocalípticos que reforçam o imaginário da volta iminente de Cristo. Pregam atualidade da mensagem bíblica, quer dizer, tudo o que a Bíblia diz está em pleno cumprimento sempre. Nessa perspectiva, o assembleiano se apropria do discurso telejornalístico como estratégia de afirmar a proximidade da volta de Cristo com o cumprimento das profecias bíblicas. Essa estratégia de se apropriar do noticiário como espelho de uma realidade escatológica aparece na leitura dos diversos fatos e acontecimentos: “A gente tem que tá por dentro que é coisas que já diz respeito aos sinais dos tempos, da volta de Jesus, os acontecimentos das últimas coisas” (C1). “Os sinais da bíblia se cumprindo e tal, a gente precisa ver, se não for o jornal pra informar a gente, a gente vai vê como? (...) porque qualquer hora a gente sabe que tudo vai acontecer, a gente não sabe quando nem como, nem quando vai começar e tudo, eu acho que é importante” (G2).

O telejornal, na concepção do sujeito assembleiano, é a tradução do real de onde se constata a existência e a importância dos sinais catastróficos, sem ele nada se vê ou se sabe. O

telejornal, em certa medida, é o termômetro ou o relógio que anunciará o apocalipse. Os sinais da bíblia, da volta de Jesus, os acontecimentos das últimas coisas, em geral, são relacionados às tragédias naturais, às guerras e à violência. Mais recentemente, com a participação de assembleianos nas disputas políticas, há a apropriação do discurso telejornalístico sobre a crise política também relacionando esse cenário aos sinais escatológicos, portanto, previstos na bíblia:

Olha, o que tá mais em evidência aí é a roubalheira, a roubalheira, a desonestidade, a gente tá vendo aí, nunca vi, em toda minha vida, prender senadores acusado de corrupção, e depois o próprio senador voltar pra câmara. Então, isso realmente nunca vi, nunca vi se pedir também prisão de ex presidente da República, então acho que a televisão tá trazendo pra nós esses dias esses fatos que está acontecendo e eu não tenho dúvida que é isso, se aproxima a volta de Cristo (Sa1).

Os escândalos de corrupção e o envolvimento de autoridades como senador e Presidente da República, conforme destaca Sa1, evidencia nos dias atuais a existência de uma crise moral. O sujeito assembleiano defende a moralidade cristã como contrato universal a ser seguido e reconhece no telejornal o papel de publicizar a imoralidade. Nessa conjuntura, a formação discursiva assembleiana legitima o telejornal por “tá trazendo pra nós esses dias esses fatos que está acontecendo” (Sa1). A crise moral da política brasileira, portanto, é sinal da proximidade da volta de Cristo.

Sobre o episódio da manhã de consagração na AD em Ipiaú, C3 discorda da postura do pastor a quem diz ter sido influenciado pelos telejornais. A priori, parece que há uma ruptura com a formação discursiva assembleiana, entretanto, é o oposto, C3 discorda da atitude do pastor para afirmar sua identificação assembleiana declarando que houve, de certo modo, negligência do líder por não se atentar aos sinais escatológicos na crise política:

A fala dele [pastor] é de quem foi influenciado porque ele fala nesse sentido, porque assim, nós temos que orar pelo Brasil, temos que orar, temos que orar pra que acabe com a corrupção, temos que orar, só que eu também tenho que saber que eu como cristão, conhecedor da palavra de Deus, tenho que ter uma coisa em mente, tudo isso que tá acontecendo aí, é na verdade porque Jesus tá voltando, tá tudo condizente com a palavra de Deus, essas crises, só que a gente pensava que a gente tinha que agir de forma diferente, mas tudo isso aí, olha a miséria como tá vindo, a crise, isso é um tipo de guerra que a gente vê, então tudo isso aí, que o mundo tá cada vez mais se definhando, cada vez mais imoral, você pode vê cada vez mais a família tem sido destruindo, não tem se dado muito, tem até tentado tirar a questão do nome de mãe e de pai e muitas outras coisas, o mundo tá indo nessa contramão, infelizmente muitos pastores tão indo na mesma conversa de que a... não é uma conversa imparcial que mostre pra igreja a situação nesse todo, aí fala, mas ele fala disso, mas também que ele acha que tem que derrubar Dilma, derrubar o PT porque o PT é do diabo, tem crente que diz isso, só que no PT também tem pessoas que são cristãs, como também no PT tem gente do candomblé, do espiritismo, gente imoral, gente, tem tudo, mas em todos os lugares tem tudo isso. Mas infelizmente também é uma fala nesse sentido, também é uma fala (C3).

Os sinais dos últimos dias ou da volta de Cristo a que se refere C3 são a miséria, a crise que “é um tipo de guerra”, o aumento da imoralidade, a família se autodestruindo e também sendo destruída “tem até tentado tirar a questão do nome de mãe e de pai”⁴. Esses sinais, segundo C3, deveriam servir para lembrar às pessoas de que “Jesus tá voltando”, no entanto, são utilizados pela liderança da igreja com fins partidários, ou seja, são usados “na mesma conversa” para perseguir o PT e a Dilma. A mesma conversa do discurso telejornalístico de que se tratava na entrevista: “infelizmente muitos pastores tão indo na mesma conversa de que a... não é uma conversa imparcial que mostre pra igreja a situação nesse todo, aí fala, mas ele fala disso, mas também que ele acha que tem que derrubar Dilma, derrubar o PT” (C3).

A negligência do pastor aos sinais escatológicos é o apagamento do discurso religioso na interpretação do discurso da crise política. Nesse sentido, seria uma contradição dizer que são sinais bíblicos enquanto os candidatos assembleianos se lançam com projetos de contribuir na melhoria da sociedade. Cristo está voltando, a crise e a imoralidade são evidências disso, então qual o sentido de candidatos assembleianos nas eleições? Se por um lado, para interpretar a crise houve o apagamento do discurso religioso, por outro lado, há o atravessamento da formação discursiva assembleiana na imagem que se postula da oposição política: “derrubar o PT porque o PT é do diabo, tem crente que diz isso, só que no PT também tem pessoas que são cristãs, como também no PT tem gente do candomblé, do espiritismo, gente imoral, gente, tem tudo, mas em todos os lugares tem tudo isso. Mas infelizmente também é uma fala nesse sentido, também é uma fala” (C3).

Na concepção cristã, o diabo é a figura do mal absoluto, do qual se origina todas as desgraças no mundo, seu papel é corromper os seres humanos. Portanto, ao dizer que o Partido dos Trabalhadores é do diabo, se estabelece no lugar da disputa política uma “batalha espiritual”. Por conseguinte, o verdadeiro cristão, aquele que combate o mal de todas as formas, se posicionará a favor do bem, logo, contra o PT. A “espiritualização” da disputa política é tensionada por C3 ao reconhecer que existem petistas cristãos, portanto, não caberia demonizar o partido embora possua integrantes não cristãos e “gente imoral”, ou seja, a presença de cristãos morais invalida sua “diabolização”, ou mesmo, a acusação contra o partido. O discurso assembleiano de que o PT é do diabo tem raízes no nascedouro do partido no final dos anos 70 em oposição à Ditadura Militar, formado por militantes, sindicalistas,

⁴ “Tirar o nome de mãe e pai” é a modo como C3 fez referência à mudança nas escolas da Bahia da tradição escolar de festejar Dia de mães e Dia de pais. Atualmente a maioria das escolas festejam o Dia da Família. Essa referência tem relação com a atuação profissional da entrevistada numa escola pública de Ipaíú-Ba.

intelectuais, artistas e católicos ligados à Teologia da Libertação, ou seja, todo tipo de gente malvisto nas ADs. Com a ascensão do PT ao poder, a partir de 2002, houve um arrefecimento da ilustração “diabólica” do partido nas ADs, essa memória discursiva retomou com mais ênfase após a divulgação de escândalos de corrupção⁵.

As apropriações do discurso telejornalístico atravessadas pela formação discursiva assembleiana escatológica sinalizam a miséria, a destruição da família, mas principalmente tratam da crise moral que abate a política brasileira destacando os escândalos de corrupção numa espécie de guerra política contra o mal, ou seja, uma mescla de batalha “espiritual” por poder político. Diferentemente, no fragmento abaixo, So1 aponta como sinal escatológico a centralidade do poder midiático no tratamento da política por meio de uma voz estrategicamente legitimada, o discurso telejornalístico:

Só eles [telejornais] é que têm o direito de falar e de expor todos os problemas de todos, inclusive da nação, de tudo, de tudo né. Então, só eles têm o direito de falar o que eles quiserem né, agora se uma pessoa se levantar contra eles pra enfrentar eles, eles dão um jeito de derrubar aquela pessoa. Então, a mídia ela tem uma influência muito grande, positiva e negativamente, agora eu acho muito mais negativo do que positivo, não tem na minha, porque eu não me deixo levar, eu já sei que tudo isso aí vai acontecer, eu tenho a consciência de que tudo isso aí tá na bíblia, são as profecias, são as coisas que tem que acontecer mesmo né (So1).

O direito de falar no estado brasileiro democrático é uma prerrogativa constitucional a todos, So1 tenciona o funcionamento desse direito, ou seja, a monopolização desse direito por um sujeito “eles”. O uso repetido da terceira pessoa no fragmento para tratar de um direito coletivo produz o efeito de sentido de que o sujeito não se inclui nessa voz que escolhe o que fala e também o que deve ser silenciado. So1 apresenta uma reflexão sobre o funcionamento da sociedade midiaticizada, na qual a “mídia é o fator gerador” que afeta as relações entre instituições e atores sociais, define e impulsiona sobre as quais condições se fundam as operações de sentido (FAUSTO NETO, 2010, p.09). Essa reflexão veio à tona quando So1 trata do monopólio dos telejornais quanto à fala sobre a política nacional. Segundo So1, é um uso negativo que se desdobra em perseguições e manipulações, por isso trata-se de um sinal escatológico no mesmo campo de significação que as guerras, as catástrofes naturais e as crises, isto é, encontra-se no campo das profecias bíblicas como previstas a acontecer nos últimos dias antes do apocalipse.

⁵ Em 2015, essa memória ganhou reforço ao circular nas redes sociais vídeo de uma reunião com sindicalistas onde Lula teria se referido à estratégia retórica dos pastores de atribuir a culpa de todos os males ao diabo. Inúmeros pastores das ADs se pronunciaram, inclusive o famoso pastor Silas Malafaia que publicou vídeo resposta dizendo que os escândalos de corrupção não eram culpa do diabo, e sim do PT.

2.3 “As pessoas se contentavam com o que ouvia ali, o mundo era muito a igreja”

Desde os anos 80, a ascese assembleiana vem sofrendo inúmeras mudanças provenientes do contexto sociocultural do país e de transformações no campo religioso. Se tornar um sujeito atualizado, inserido no mercado de trabalho, escolarizado e “politizado” são exigências do mundo (re)significadas aos poucos no universo assembleiano. Considerando que o crescimento pentecostal se deu efetivamente nas camadas mais marginalizadas socialmente, pode-se concluir que o telejornalismo, para a maioria, é a principal, senão a única, fonte de informação fora do contexto religioso.

Com certeza, fez o crente evoluir assim com relação ao conhecimento porque, por exemplo, hoje em dia você poderia não saber muito sobre política, uma pessoa poderia não saber muito de política ou sabia o que ouvia falar, hoje se tem muita informação, fala sobre política, partidos, leis, isso, então hoje é possível adquirir um pouco mais de conhecimento só assistindo televisão, mas assim não só assistindo televisão, claro que tudo sim, a partir dali desperta o interesse de você, “ah tá falando sobre política será?”, buscar alguma outra fonte, outro recurso de leitura, na internet que já é utilizada, livros, falar sobre isso, porque tipo assim antigamente as pessoas se contentavam só com o que ouvia né ali, o mundo era muito a igreja, a igreja, assim era muito aquela individual, aquela seleta fechada ali, então é outro mundo né, as pessoas abriram. (So3)

A apropriação dos discursos telejornalísticos como mecanismo de conhecimento do campo político é um dos exemplos a que recorre So3 para reconhecer a mudança do sujeito assembleiano, pois antigamente se contentava com o que ouvia na igreja, portanto, uma leitura restrita do mundo. Por que não se contenta mais? A tradução do mundo pela igreja tornou-se insuficiente? Passar a assistir o telejornal permitiu ao assembleiano abri “outro mundo” que possibilita despertar o interesse em procurar informações em outras fontes como internet, livros e até mesmo falar sobre o assunto com outras pessoas, ou seja, socializar o assunto como estratégia de adquirir informação. Por conseguinte, o acesso à informação deu, em certa medida, voz ao assembleiano para falar da política nacional, “hoje se tem muita informação, fala sobre política, partidos, leis” (So3).

Embora o acesso do telejornal possibilite voz quanto ao assunto política, de quem é essa voz? Como já citamos, há na memória assembleiana a ideia de que política não é assunto de crente, principalmente com pessoas não religiosas a quem se pretende evangelizar. O assembleiano fala de política com o outro assembleiano, sobretudo. E mesmo assim, é um assunto sempre polêmico, portanto, quase sempre silenciado: “Agora é mais a política né, que esse assunto eu não gosto muito de falar, eu não gosto, nem entendo muito... e é só o que a gente ouve mais, agora só batem nessa tecla direto, mas eu não gosto muito nem sei falar desse assunto, nem gosto” (Sa2).

Sa2 reconhece a política como uma das principais pautas nos telejornais, no entanto, o acesso a essas informações não garante entender e saber falar do assunto. Sa2 atribui a incapacidade de falar do assunto à falta de gosto, como uma espécie de hábito não desenvolvido. O silêncio de que se justifica Sa2 é o atravessamento da formação discursiva assembleiana, pois o discurso se constitui de dizeres e de silêncios. No caso do discurso assembleiano, principalmente do silêncio, não no sentido de se calar, pois “o silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso” (Orlandi, 2007, p. 102).

2.4 “O jornal costuma aumentar muito, principalmente, o meio evangélico”

Os telejornais têm investido fortemente nos assuntos da política do país, sobretudo nos escândalos de corrupção. A ênfase no tema corrupção reforça a falta de conduta moral no campo político brasileiro atribuindo aos telespectadores partidários, eleitores, apoiadores e/ou simpatizantes dos políticos corruptores apontados pelas reportagens o sentimento de decepção, como se fossem responsáveis ou coniventes com a crise moral e, conseqüentemente, com a crise política brasileira. Desse modo, assistir ao telejornal causa uma espécie de sofrimento psicológico, e se tratando de sujeito assembleiano, podemos mencionar uma crise de consciência como se tivesse cometido pecado ao ter apoiado ou votado em determinado partido ou candidato “corrupto”. Nesse caso, o silêncio também opera como estratégia de evitar o sofrimento da tensão no atravessamento do discurso assembleiano ao se apropriar do discurso telejornalístico sobre a corrupção, pois esse atravessamento gera uma espécie de estado de arrependimento ao fiel. Desse modo, o sentimento de decepção ao assistir o telejornal reforça no eleitorado assembleiano a ideia de que seria melhor “irmão votar em irmão”⁶, o que torna mais propício a indicação do voto pelo líder religioso.

É importante, pra gente ficar sabendo o que se passa ao nosso redor, porque querendo ou não, como tem também vários evangélicos pastores na presidência, têm evangélicos nos gabinetes e tudo, eu acho que é importante pra gente saber pelo menos o que tá se passando, pra vê como é que tá, como é que a gente tá populando o mundo, entendeu, tipo, a perseguição, começa a aumentar (G2).

Se por um lado alguns se decepcionam com a circulação do discurso telejornalístico sobre a política, por outro há os assembleianos que assistem para se autoidentificar com a ascensão política assembleiana como mecanismo de evidência de crescimento populacional

⁶ “Irmão vota em irmão” é um livro do assembleiano Josué Silvestre (Brasília: Pergaminho, 1986) citado no “Manual de orientação política para ministros” das ADs criado pelo Conselho Político da CGADB em 2001.

que provocaria, segundo G2, uma maior perseguição aos fieis. A perseguição, na concepção assembleiana, é uma evidência do verdadeiro cristianismo. A memória da perseguição aos primeiros cristãos sempre é acionada na interpretação de fatos atuais envolvendo crentes, por conseguinte, essa interpretação cria ênfase na militância. O aumento da perseguição aos crentes é um dos argumentos mais usados para justificar a “politização assembleiana”, no sentido de articulação institucional. Com o aumento do número de crentes na mídia e na política há uma ênfase, no meio assembleiano, de perseguição aos políticos e aos pastores famosos com objetivo de desmoralizá-los na sociedade. Um episódio recente foi destacado por G1 e G2:

É, no jornal nem tudo, é porque tem certas coisas que como o caso do pastor que a menina falou que ele abusou dela, e tudo, aí o jornal foca logo nisso, porque o pastor abusou, mas aí depois que vão investigar e vê que é mentira aí falam dois minutinhos, ah porque descobriu que foi um..., que ela mentiu, exemplo, ela mentiu contra ele, pronto, acabou, morreu o assunto, ninguém fala mais nada, mas se fosse verdade iam ficar ali o tempo todo porque ele abusou, porque ele abusou, porque ele abusou, ele abusou, mas entendeu, o jornal costuma aumentar muito, principalmente o meio evangélico, eles focam muito nisso pra mostrar que os evangélicos tão errando, tão fazendo coisas que não deveriam fazer, que qualquer outra pessoa que não é evangélico faria (G2).

Esse relato de G2 diz respeito às denúncias de agressão, assédio sexual e estupro pela militante Patrícia Lélis (22 anos) ao deputado federal Pastor Marco Feliciano (PSC-SP), famoso por pregações sobre moralidade e família. O caso repercutiu nos telejornais a partir de 7 de agosto de 2016 com a oficialização da denúncia, mas a investigação comprovou incongruências nas acusações. G2 aponta a ênfase dos telejornais às denúncias como perseguição religiosa, pois não houve a mesma ênfase nas notícias em que apresentam as incongruências das acusações. Enfim, na apropriação do discurso telejornalístico não se interpreta a perseguição por questões políticas partidárias, mas aciona a memória discursiva que é a perseguição sofrida pelos cristãos autênticos.

Em relação à política eles se posicionam bastante com relação à política, mas na maioria das outras coisas eles são neutros, em outros assuntos eles são muito neutros, só passam a reportagem e pronto, não tem muito foco, agora com relação à política, quando acontece algo desse tipo, no meio evangélico que envolve algum pastor, etc. e tal, eles se posicionam (G2).

Comentários sobre o posicionamento dos telejornais ao noticiar a política aparecem em quase todas as entrevistas, no entanto, quando se trata de notícia envolvendo um político crente o que se destaca, na leitura do assembleiano, é uma perseguição religiosa e não política: “Esse pastor que disse que pegou uma jornalista, uma estudante, Marco Feliciano, que depois que eu olhei assim, ‘olha isso tem coisa aí debaixo do pano’, e quando agora descobre que foi que a moça não tava falando a verdade” (G1).

As notícias de escândalos de políticos evangélicos podem produzir o efeito de sentido de desconfiança, por conta dessa memória de perseguido do sujeito assembleiano ou pode gerar o efeito de insegurança quanto aos rumos da própria denominação afastando das igrejas os sujeitos “fracos na fé”: “Exatamente, é um povo muito perseguido, o povo evangélico (...) É sim, porque nas reportagens que a gente vê é dessa forma aí, eles não dão uma explicação correta, eles já vão botando como se os evangélicos fossem a pior raça que tem, então acaba virando a mente de muita gente de mente fraca, até mesmo evangélicos” (G3). Nem todos assembleianos concordam com o envolvimento das ADs na política do país e consideram o uso do discurso de perseguição um argumento inválido:

A Assembleia de Deus era pra tá envolvida com isso? Na minha visão não era, pode até vim coisa, porque se, aí alguém vai dizer “ah, mas tem que ter alguém lá no congresso que é pra poder defender a igreja”, quem defende a igreja é Deus e mais ninguém, e mais ninguém, quem defende a igreja é Deus (...) Todo mundo tá interessado em ganhar dinheiro, a verdade é essa, todo mundo tá interessado em ganhar dinheiro, a verdade é essa, ninguém tá interessado em fazer nada por ninguém, eu mesmo não espero nada de ninguém, nesse sentido, nesse sentido (So1).

O silêncio de Deus quanto à defesa da igreja opera como mecanismo de militância das ADs no campo político. No entanto, se a perseguição é inerente aos autênticos cristãos e ocorreu em toda história da igreja, por que somente a partir dos anos 80 há luta política contra isso? Enfim, é uma questão dentre outras instigantes sobre o processo de transformações da religiosidade assembleiana em vias de midiaticização.

3. Considerações finais: “se for verdade, a verdade aparece”

As estratégias de apropriação do discurso telejornalístico sobre política nos apontam que quando realizadas pela liderança há uma tendência ao apagamento do discurso religioso escatológico em prol de um projeto político fundamentado no ativismo moral-religioso que aparece no discurso dos fiéis como combate à perseguição religiosa sofrida pelos evangélicos, principalmente na mídia. Apesar dos esforços da liderança na “politização” dos fiéis, essas estratégias sofrem o atravessamento da memória do processo de “apoliticismo” que aconteceu paralelo à proibição do uso da TV pelos assembleianos até os anos 90.

Embora os religiosos desconfiem de tudo de origem midiática, a circulação do discurso telejornalístico adquiriu importância para os assembleianos, na educação do sujeito político, sobretudo, porque acreditam que o real aparecerá, de algum modo, no telejornal. Na concepção assembleiana, a verdade predomina sempre, e o telejornal, sobretudo, não pode

escapar a isso, pois traduz com objetividade aos telespectadores uma realidade com elementos de seu contexto social, mas que seriam provavelmente desconhecidos sem uma mediação. A credibilidade do discurso telejornalístico o converte em aporte seguro na construção de posições sobre os fatos, ao mesmo tempo faz emergir o esclarecimento quanto à formação de um juízo de valor: “Na verdade, eu disse assim no começo: ‘será meu Deus que esse pastor fez isso?’ Um homem tão sério, tão coisa assim, e ele tava com tanta sinceridade junto com a esposa falando, eu disse: “não, se for verdade, a verdade aparece” (G1).

O discurso telejornalístico articula os fatos na rede de sentidos que torna seu dizer o real, aquilo que aconteceu. Nessa constituição, afirma tornar democrático o acesso ao real, com autorização a construir/desconstruir/revelar/apagar sentidos. Nessa perspectiva, o telejornal se alinha aos meios de promoção de valores éticos, pois preza pela verdade, principalmente, ao se tratar de temas de interesse da coletividade, como a política. Há tensões na circulação desse discurso, mas há também um esforço para que esse discurso se alinhe aos valores da sociedade cristã, como verdade, altruísmo e integridade. Desse modo, se pauta nos princípios da moralidade que, segundo os políticos pentecostais, são ameaçados. São efeitos de sentido que evidenciam a crise moral na sociedade e no campo político brasileiro encorajando os fieis a se lançarem como candidatos como também a votarem nos “irmãos” como se estivessem exercendo seu papel enquanto verdadeiros cristãos.

Referências

- ALENCAR, Gedeon. **Matriz Pentecostal Brasileira: Assembleia de Deus 1911-2011**. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2013.
- ARAÚJO, Israel de. **Dicionário do Movimento Pentecostal**. 3ª impressão. Rio de Janeiro: CPAD, 2014.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. **Os “políticos de Cristo” – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil**. GT Religião e Sociedade, XXVI ANPOCS, Caxambu, outubro de 2002.
- FAUSTO NETO, Antonio. Circulação além das bordas. In: FAUSTO NETO, Antônio y VALDETTARO, Sandra. **Mediatización, sociedad y sentido: Diálogos entre Brasil y Argentina**. Programa de Cooperación Científico-Tecnológico MINCYT-CAPEL 2009-2010. Cod. BR/08/21. Rosario: agosto, 2010. p 2-17.
- HJARVARD, Stig. Miatização: conceituando a mudança social e cultural. **Matrizes**. V. 8 - Nº 1. jan./jun. 2014. São Paulo – Brasil. p. 21-44.
- ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: No movimento dos sentidos**. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2ª ed. Trad. E. P. Orlandi [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- VERÓN, Eliseo. **La Semiosis Social 2: ideas, momentos, interpretantes**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2013.